ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO

2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ANDERSON NINHO, ARNANDO LESSA, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA, estando licenciados os vereadores ALEXANDRE ALELUIA, ANDRÉ FRAGA e EDVALDO BRITO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Veto total n. 20/23 do Executivo Municipal; Veto parcial n. 21/23 do Executivo Municipal; Projetos de Lei n.s 81/23 do vereador Maurício Trindade, 82/23 do vereador Augusto Vasconcelos, 83 e 84/23 do vereador Átila do Congo, 85/23 do vereador Maurício Trindade, 86/23 do vereador Átila do Congo, 87 a 90/23 do vereador José Antonio e 91 a 102/23 do vereador André Fraga; Projetos de Indicação n.s 81/23 do vereador Maurício Trindade, 82/23 do vereador Alberto Braga, 83/23 do vereador Duda Sanches, 84/23 do vereador Sabá, 85/23 do vereador Alberto

Braga, 86 e 87/23 do vereador Sabá e 88 e 89/23 do vereador José Antonio; Moções n.s 67 a 72/23 do vereador André Fraga, 73/23 do vereador Carolino e 74 a 79/23 do vereador André Fraga; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, foi votada e aprovada a licença do vereador Alexandre Aleluia (24 e 25 de abril). Na **Tribuna Popular**, o senhor Paulo Brito, do Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância da Bahia (Sindvigilantes), explicou que o trabalho dos vigilantes tinha viés preventivo e de interação social, e visava a uma sociedade sadia. Expôs a precariedade laboral da categoria em entidades escolares e observou as recentes ameaças violentas que pairaravam sobre as escolas. Disse que os vigilantes tinham estratégias próprias, até diversas das usadas por forças policiais, mas acabavam atuando, nas escolas, em funções afastadas dessa formação, como a de porteiro. Contou haver 2.600 profissionais atuando em escolas estaduais e terem sido retirados 3.500 vigilantes da rede municipal na gestão do ex-prefeito João Henrique, após a "quebra", em 2008, da empresa Protector, após escusas manobras empresariais. Contou que essa situação deixava em dificuldades as famílias de vigilantes falecidos. Pediu o apoio da Casa. Assumiu a Presidência o vereador Isnard Araújo. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Arnando Lessa pediu diálogo com a categoria dos vigilantes, a qual enalteceu. Defendeu resposta às suas demandas financeiras e, também, às relativas a melhorias profissionais. Defendeu, ainda, solução para o caso da Protector, criticando as manobras empresariais relacionadas. O vereador Augusto Vasconcelos enalteceu o Sindvigilantes, situando-o próximo do Sindicato dos Bancários. Afirmou que fora uma das categorias mais prejudicadas pela Reforma Trabalhista. Apontou a omissão da Prefeitura em realizar um plano de segurança municipal e em aumentar o contingente da Guarda Municipal. Explicou o problema que atrapalhara a chegada de outro orador à Tribuna Popular e pediu que ele pudesse ainda ter a palavra. O senhor presidente, a esse respeito, consultou o Plenário, que concordou. A vereadora Marta Rodrigues expôs sobre a presença importante dos vigilantes em

variados espaços e pediu respeito à categoria. Pediu atenção dos pares aos problemas apresentados pelo orador. Relacionou o caso da Protect a outros similares. Criticou o tratamento dado aos vigilantes pela Prefeitura e pediu ao senhor presidente diálogo com a Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE). O vereador Orlando Palhinha considerou caótico o momento, com pais e mães em dificuldades para levar os filhos à escola. Disse que não era hora de se apontarem culpados, mas, de se criar mesa de diálogo, na linha do que fora proposto pela vereadora Marta Rodrigues. Lembrou seu Projeto de Indicação para assistentes sociais em escolas. O vereador Teo Senna defendeu discussão mais ampla sobre a questão, afirmando que não se resolveriam de imediato os problemas. Rejeitou que se atribuíssem problemas de segurança à Prefeitura e apontou os problemas de Segurança Pública que assolavam todo o Estado e várias regiões de Salvador. O senhor presidente explicou que, por uma questão regimental, ou se remarcava a vinda do segundo orador da Tribuna Popular ou ele falaria sem que houvesse os Comentários. Consultou os pares a esse respeito. O vereador Orlando Palhinha defendeu que, pela soberania do Plenário, o orador falasse e houvesse os Comentários. O vereador Carolino deu exemplo pretérito nessa mesma linha. O vereador Leandro Guerrilha apontou prejuízo em o orador falar sem haver Comentários e, também, precedente perigoso estimulando que outras entidades chegassem com atraso. Por fim, decisiu-se pela fala do orador e pela realização dos Comentários. Dando-se seguimento à **Tribuna Popular**, o senhor José Luiz Santos, do Sindicato dos Servidores de Trânsito e Transportes de Salvador e Região Metropolitana (Sinditrans), destacou o papel dos vereadores para uma boa realidade no trânsito. Discorreu sobre a educação para o trânsito, relacionando-a ao processo de educação entre pais e filhos. Observou os 25 anos do Código Nacional de Trânsito e a não-aplicação de algumas de suas normas, em razão da precária educação para o trânsito. Propôs medida em nome da educação para o trânsito, pedindo ação da Casa para verificar o trabalho dos cursos de formação de condutores. Pela ordem, o vereador Guerrilha alertou para a duplicidade de fala

de vereadores que já haviam se pronunciado nos Comentários. Novamente nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Carolino defendeu que houvesse cursos para formação sobre as leis de trânsito. Informou ação da Comissão de Legislação Participativa, da qual era vice-presidente, visando à colheita de dados, junto aos agentes de trânsito, para serem apresentados ao Executivo. Pediu diálogo com o Executivo sobre os agentes de trânsito, observando que eles promoviam o cumprimento da lei e que, muitas vezes, eram agredidos no exercício das funções. Enalteceu a importância funcional e humana desses profissionais. Foi votada e aprovada a licença do vereador Sabá (18 de abril). O vereador Luiz Carlos Suíca afirmou a expertise dos vigilantes em questões ligadas à violência. Considerou que o Município também tinha papel sobre essas questões, devendo atuar ao lado do Governo do Estado, e avaliou que a segurança era algo relacionado a vários fatores. Defendeu discussão apartidária sobre esses trabalhadores, pedindo responsabilidade no trato com eles. Comentou sobre as muitas ocorrências delituosas no Pelourinho. O vereador Anderson Ninho informou ser formado em Gestão Pública com Especialização em Trânsito, tendo atuado, por 12 anos, em escolas de trânsito. Informou, também, Projeto seu, já aprovado na Casa, sobre a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Social, voltada a pessoas carentes, o qual aguardava sanção do prefeito. Comentou sobre as normas relativas à educação de trânsito, opinando que a formação para o trânsito deveria se iniciar na pré-escola, o que modificaria a etapa final para se habilitarem os condutores. Destacou que o trânsito era o maior causador de mortes violentas no País. O vereador Augusto Vasconcelos discorreu sobre questões relativas ao trânsito, reportando as que haviam sido tratadas na Ouvidoria da Casa. Apontou defasagem no contingente de agentes, o que acarretava carga de trabalho acentuada para os profissionais, os quais, ainda, não recebiam a remuneração devida. Pediu que a categoria fosse considerada além das suas demandas remuneratórias. O vereador Sílvio Humberto avaliou que o trânsito refletia o estado das pessoas que nele estavam. Defendeu a valorização dos agentes de

trânsito e lembrou o caso de agente morto quando atuava em via pública, criticando o fato de sua família não receber apoio financeiro da Prefeitura em razão de uma questão normativa. Analisou fatores para se desenvolver a paz no trânsito. O vereador Orlando Palhinha saudou o orador. Destacou a presença das redes sociais na realidade e contou um espisódio sobre o seu filho de cinco anos de idade, o qual demonstrara, na ocasião, noção de proteção no trânsito. Elogiou o trabalho da Transalvador, destacando a redução de velocidade como fator de humanização do trânsito e de segurança. Lembrou caso de agente de trânsito que o maltratara, sublinhando não ter difamado a categoria em razão disso. Foi votada e aprovada a licença do vereador Edvaldo Brito (30 dias a partir de 20 de abril). Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente Isnard Araújo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para a próxima segunda-feira à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO